

Populares criticam substitutivo

Valério Ayres



Reunidos à noite, representantes das esquerdas constataram avanços e retrocessos no projeto

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) foi criticado ontem, no plenário da Comissão de Sistematização, da qual é relator, por ter retirado do seu substitutivo a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho de 40 horas semanais. As críticas foram feitas por cidadãos sem mandato popular e por constituintes que defendem as emendas populares, a maioria tratando dos direitos do trabalhador.



Paulo Paim, deputado pelo PT do Rio Grande do Sul, que foi defender uma emenda garantindo a liberdade e os direitos do trabalhador, representando a CUT, os trabalhadores Sem-Terra e a Comissão Pastoral da Terra, chegou a dizer que o substitutivo "é fruto do Lobby do capital, dos empresários e dos latifundiários". Disse ainda que Bernardo Cabral não quer aceitar os avanços na área trabalhista na subcomissão dos direitos dos trabalhadores e na Comissão da Ordem Social.

Ulysses Riedel de Rezende, diretor técnico do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), que defendeu uma emenda tratando do mesmo tema em nome das três centrais sindicais — CUT, CGT e USI —, afirmou que "os empresários estão em festa". Destacou que a "dívida social com a classe trabalhadora no Brasil é maior que a dívida externa". Ulysses Riedel citou o nome dos parlamentares de vários partidos, que têm se comprometido com as causas dos trabalhadores, e mostrou cartazes de operários italianos pedindo 35 horas de jornada de trabalho para demonstrar que não se está falando em nenhum absurdo ao se pedir uma jornada de 40 horas.

Estrutura moral

Em aparte a um dos oradores, o deputado Luiz Gushiken (PT-SP) disse que, como presidente da OAB em tempos difíceis, o deputado Bernardo Cabral "deveria ter estatura moral para manter os avanços conquistados na Constituinte na área trabalhista". Paulo Paim aproveitou para dizer que se a Constituinte não aprovar a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas, "será uma prova de que os parlamentares não são sérios".

O advogado Carlos Roberto Siqueira Castro, representante da pastoral de favelados do Rio de Janeiro, o único que não criticou abertamente o substitutivo de Cabral, defendeu uma emenda, subscrita por três entidades religiosas do seu Estado, onde prevalece o primado do trabalho sobre o capital na organização da ordem econômica. Carlos Roberto pediu ainda que seja incluído na nova Carta o direito do usucapião em solo urbano. Se essa proposta for aprovada, toda a família que morar em favela terá o direito à propriedade após a promulgação da nova Constituição.

Para Freire, texto propõe "meio termo"

O ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire, disse ontem, que a imissão automática na posse, dentro de um prazo de 90 dias, representa uma figura nova na Constituição, pois na Carta atual, nem na legislação ordinária, este instituto está previsto. Para Freire, a proposta sobre reforma agrária que consta do substitutivo à nova Constituição representa um meio-termo das posições antagônicas existentes entre os constituintes.

Na opinião do Ministro, o texto elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), «representa esforço de compatibilização entre pólos contrários». No caso específico da imissão de posse, a solução não ficou nem com o Mirad (que defendia a imissão automática), nem, tampouco, ficou do lado do deputado Jorge Vianna (PMDB-BA), que defendia a imissão somente após o exame judicial do mérito da desapropriação.

Freire considerou desnecessária a garantia constitucional para o que chamou de «direito de petição», expressa no capítulo dos direitos individuais, e que concede ao proprietário o poder de solicitar ao Inbra a declaração de que o imóvel que possui, desempenha função social.

Esquerda aponta retrocessos, mas acha resultado "aceitável"

Mesmo depois de pronunciamentos veementes, à tarde, contra o anteprojeto de Constituição, o bloco de esquerda na Constituinte — PT, PDT, PSB, PCB, PC do B e o Movimento Progressista do PMDB — classificou ontem à noite de aceitável o substitutivo do relator Bernardo Cabral. As críticas ao texto ficam por conta da não-inclusão da estabilidade no emprego e jornada de 40 horas semanais e a exigência da idade mínima de 48 anos para a mulher e 55 anos para o homem para a aposentadoria depois dos 30 anos de serviço.

A tarde, logo após receberem o anteprojeto de Constituição, os líderes do PT, deputado Luís Inácio "Lula" da Silva, e do PDT, Brandão Monteiro, ameaçaram obstruir a votação do substitutivo como forma de impedir a

aprovação das propostas nas quais consideraram que houve retrocesso em relação aos textos anteriores.

Já na reunião da noite, da qual participaram 32 parlamentares ligados ao grupo, a média de opinião era a de que o substitutivo contém avanços importantes, mas também traz graves retrocessos, como nas questões trabalhistas. Segundo a avaliação da esquerda, o anteprojeto avançou no capítulo da ordem econômica quando define o conceito de empresa nacional e proibe a exploração dos recursos minerais do País por companhias estrangeiras.

Reforma agrária

Quanto à reforma agrária, o líder do PCB, deputado Roberto Freire, considerou que houve avanço em relação aos últimos textos, mas advertiu que a redistribuição fundiária pode ser inviabilizada

pela conversão do título da dívida em dinheiro no caso das desapropriações de terra. A seu ver, a União teria que dispor de títulos da dívida e dinheiro em caixa, ao mesmo tempo, para cobrir uma eventual decisão judicial favorável ao ex-proprietário do imóvel.

Segundo o bloco de esquerda, a proposta de anistia prevista no anteprojeto somente contempla 12 cassados na década de 50 que ainda não tinham sido anistiados. "E os marinheiros, soldados e cabos que foram cassados por atos administrativos em razão de motivação política?" indaga o deputado Roberto Freire. Na reunião de ontem, o grupo relacionou 29 pontos do substitutivo que merecem uma atenção especial ou porque avançaram de maneira satisfatória e não devem ser alteradas ou porque devem avançar.

Progressistas vão comparar novo projeto

Os «progressistas» do PMDB entregam na próxima segunda-feira ao líder Mário Covas um estudo comparativo entre o substitutivo do relator Bernardo Cabral com o programa do partido e as teses aprovadas pela Convenção Extraordinária do PMDB. O MUP, integrado com os demais partidos de esquerda, vai apresentar ainda emendas conjuntas para, pelo menos, 18 itens do projeto de Constituição.

O que o grupo pretende é fornecer subsídios à liderança do PMDB na Constituinte para que, na votação, seja respeitado o resultado do questionário realizado na convenção de julho. Mesmo sem terem feito um estudo apurado, os progressistas já acharam incompatibilidades nas questões relativas à empresa nacional, educação, comunicação e utilização dos recursos minerais. O trabalho que vão realizar agora deverá desaguar em emendas com texto idêntico ao que foi aprovado na convenção do partido.

O líder Mário Covas destaca que tem consciência de que a Constituição não será do PMDB, mas que fará todo o possível para que o partido siga aquilo que aprovou o seu órgão máximo, que é a convenção. Ao mesmo tempo, o senador tem certeza de que não poderá coordenar a bancada nas questões que ele nominou de «opinativas».

Reunião

No final da reunião que fizeram com o senador Mário Covas, os integrantes do MUP informaram que os únicos pontos que não são consensuais entre os constituintes de «esquerda» são a unicidade sindical e o sistema de Governo. Afirmaram ainda que têm, na sistematização, 19 votos assegurados.

Eles iniciaram ontem mesmo a redação de emendas. O trabalho foi dividido em pequenos grupos que vão propor novos textos para os temas polêmicos. Eles definiram ainda uma estratégia de atuação na Comissão de Sistematização que vai da apresentação de emendas conjuntas, subscritas por todo o grupo, até a tática da obstrução.

Lula condena recuo nos direitos do trabalhador

Oito constituintes, dos 22 oradores do plenário, dedicaram-se ontem a atacar o projeto apresentado por Bernardo Cabral. Ninguém elogiou o projeto. O mais inflexível deles foi o presidente nacional do PT, Luís Inácio "Lula" da Silva, que expressou o desejo de ver Bernardo Cabral dentro de uma linha de montagem, de uma oficina mecânica ou de uma mina, para conhecer a situação em que vive a maioria dos brasileiros. Ele se referia à idade limite de 55 anos para aposentadoria, prevista no projeto.

"Quem trabalha aqui na Assembleia Constituinte, com ar condicionado, boa iluminação e sem outras pressões, pode se aposentar depois de 53 anos. Mas essa não é a média de vida do nordestino", argumentou o deputado.

Lembrando que é de 62 anos a média de longevidade das pessoas do Sul e de 55 anos, a dos nordestinos, Lula afirmou que, a prevalecer o que determina o projeto de Bernardo Cabral, "a grande maioria dos brasileiros vai morrer antes de se aposentar".

Mas, as críticas do líder petista não se encerram aí. Ele criticou asperamente a omissão da estabilidade e da jornada semanal de 40 horas, dizendo que, se o projeto previu a jornada diária de oito horas, não podia deixar para a lei ordinária a limitação da jornada semanal. Ele apontou em Bernardo Cabral "uma ambigüidade total e absoluta", dizendo que o projeto fica aquém da Constituição em vigor, sobretudo na garantia do direito de greve. Ao final, Lula avisou: "Agora, é que a porca vai torcer o rabo, porque agora o povo vai saber quem é quem nessa Constituinte".

Composição

O deputado Haroldo Lima (BA), líder do PC do B, também foi contundente nas críticas a Bernardo Cabral. Ele chamou o projeto de conservador e aquém do desejado pela população, denunciando uma composição entre o centro e a direita para a redação dos principais artigos.

"Os assuntos mais urgentes para a Nação foram remetidos para a lei ordinária", lastimou o deputado, condenando sobretudo o fato de que, pelo projeto, o Congresso Nacional ganha poderes apenas para examinar as concessões de rádio e televisão. Pela versão anterior, o Legislativo tinha poderes para decidir sobre essas concessões.

O deputado Amaury Müller (líder do PDT) também fez um discurso contundente para criticar o que ele chamou de "lamentáveis retrocessos na anistia". Segundo o parlamentar, "não pode haver anistia quando se nega a milhares de marinheiros, soldados e servidores públicos punidos injustamente o ressarcimento pelos danos sofridos".

Representação

Mas, o momento mais nervoso do plenário da Constituinte ontem foi quando o deputado João Cunha (PMDB-SP) apresentou uma representação contra os deputados Ulysses Guimarães (presidente da Assembleia) e Bernardo Cabral (relator do projeto), acusando-os de patrocinar uma farsa na solenidade de entrega do projeto de Constituição. "Nem Bernardo Cabral estava entregando um projeto, mas apenas um calhamaço, nem Ulysses Guimarães estava recebendo um documento. Seu discurso emocionado, ao receber o calhamaço, era apenas uma farsa", acusou o deputado. Ele entende que os dois constituintes feriram o decoro parlamentar da Casa e exige a abertura de uma sindicância, pela Mesa da Constituinte, a fim de que os dois sejam afastados de seus cargos.

O deputado Afif Domingos (PL-SP) também apresentou à Assembleia um projeto de decisão, a fim de que a União, os Estados e os Municípios, sejam obrigados a encaminhar à Constituinte a discriminação dos vencimentos superiores a Cz\$ 200 mil pagos a seus servidores. O parlamentar entende que esta é a melhor forma de coibir com rapidez os salários dos "marajás".